

EVARISTO DA VEIGA E A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO INÍCIO DO PERÍODO IMPERIAL: PROPOSIÇÕES À FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA (1820-1837)

EVARISTO DA VEIGA AND PUBLIC INSTRUCTION AT THE BEGINNING OF THE IMPERIAL PERIOD: PROPOSITIONS FOR THE FORMATION OF BRAZILIAN SOCIETY (1824–1837)

LA INSTRUCCIÓN PÚBLICA AL INICIO DEL PERÍODO IMPERIAL: PROPUESTAS PARA LA FORMACIÓN DE LA SOCIEDAD BRASILEÑA (1820-1837)

Alzenira Francisca de Azevedo¹
Carlos Henrique de Carvalho²

Resumo

O texto corresponde a uma síntese de pesquisa realizada no processo de doutoramento entre os anos de 2018-2022, na qual se investigou o pensamento educacional de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837). O objetivo da pesquisa foi investigar a discussão de iniciativas para instruir moços com poucos recursos por meio do trabalho, ou seja, por meio do ensino de técnicas a ser empregadas nos diversos ofícios mecânicos, bem como da leitura e da escrita e da educação moral. As fontes de investigação foram documentos produzidos entre as décadas de 1820 e 1830 por Evaristo da Veiga e ou seus interlocutores, os quais possuíam relações diretas indiretas com as sociabilidades estabelecidas pelo pesquisado em suas atividades econômicas ou políticas. A pesquisa histórica e documental está ligada à linha de pesquisa de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia - PPGED. Buscou-se construir uma compreensão histórica e sistemática dos movimentos e circunstâncias que levaram o autor pesquisado a argumentar que o investimento em conhecimentos clássicos era para pouco e a defender a educação voltada para a formação de ofícios mecânicos como uma possibilidade de desenvolvimento para a cidade do Rio de Janeiro e como forma de assegurar a composição territorial do Brasil. De seu ponto de vista, a instrução e a educação moral, aos poucos, poderiam constituir condutas diferentes que forjariam o homem brasileiro (sonhado), que, assim, defenderia a ordem social e abominaria a anarquia, fossem quais fossem suas razões de luta.

Palavras-chave: História da educação; Pensamento educacional; Formação em ofícios mecânicos; Instrução moral.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Docente da Secretaria Estadual de Educação do Paraná. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2397-8469>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3843560558929737>. E-mail: alzeniraazevedo4@gmail.com

²Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (nos cursos de mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8535-6828>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7463702480768930>. E-mail: carloshcarvalho06@yahoo.com.br

Abstract

The text corresponds to a synthesis of research carried out in the doctoral process between the years 2018-2022, in which the educational thought of Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837) was investigated. The objective was to investigate the proposes to instruct poor young people through work, through the teaching of techniques to be used in various mechanical trades, with the inclusion of reading and writing and moral education. The research sources are documents produced between 1820 and 1830 by him and/or his interlocutors. These sources have direct and indirect relationships with the sociability established by him in his economic or political activities. The historical and documentary investigation is linked to the research line of History and Historiography of Education of the Graduate Program of the Federal University of Uberlândia – PPGED. Evaristo considered that investment in classical knowledge was for the few. We sought to build a historical and systematic understanding of the movements and circumstances that led the author to defend education through mechanical crafts as a possibility of development for the city of Rio de Janeiro and to ensure the territorial composition from Brazil. Instruction and moral education, little by little, could constitute different behaviors that would forge the (dreamed) Brazilian man, who would thus defend the social order and abhor anarchy, whatever his reasons for fighting.

Keywords: History of education; Educational thinking; Training in mechanical trades; Moral instruction.

Resumen

El texto corresponde a un resumen de la investigación realizada en el proceso documental entre los años 2018-2022, en el cual se indagó el pensamiento educativo de Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837). El objetivo fue indagar la discusión de iniciativas para educar a jóvenes de pocos recursos por medio del trabajo, es decir, a través de técnicas de enseñanza para ser utilizadas en diversos oficios mecánicos, así como de lectoescritura y educación moral. Las fuentes de investigación incluyen documentos producidos entre las décadas de 1820 y 1830 por Evaristo da Veiga y sus interlocutores, que tienen relaciones directas e indirectas con la sociabilidad establecida por la investigación en sus actividades económicas o políticas. La investigación histórica y documental está vinculada a la línea de investigación Historia e Historiografía de la Enseñanza en el Programa de Posgrado de la Universidad Federal de Uberlândia - PPGED. Evaristo consideró que invertir en conocimiento clásico era cosa de unos pocos. Traté de construir una comprensión histórica y sistemática de dos movimientos y circunstancias que conducirían a la defensa de la educación por oficios mecánicos como posibilidad de desarrollo para la ciudad de Río de Janeiro y como forma de asegurar la composición territorial de Brasil. La instrucción y la educación moral, poco a poco, podrían constituir diferentes conductas que forjaron el (soñado) hombre brasileño, que defendería así el orden social y aborrecería la anarquía, cualesquiera que fueran sus razones para luchar.

Palabras clave: Historia de la educación; pensamiento educativo; Formación en oficios mecánicos; Instrucción moral.

Introdução

Documentos históricos utilizados neste estudo atestam que homens atuantes na política e na imprensa galgaram espaços de participação no processo de formação da opinião pública. Um deles foi Evaristo Ferreira da Veiga e Barros (1799-1837), que representou um pensamento educacional que ganhou força no debate político entre os anos 20 e 30 do século XIX.

Essa figura política atuou na defesa de uma forma de pensar a instrução balizada pelo trabalho. Ao considerar as possibilidades econômicas do sujeito aprendiz ou dos familiares que lhe davam sustentação, viu na formação de ofícios mecânicos

possibilidades de alterar o quadro conflituoso apresentado na sociedade do período. A formação de ofícios mecânicos compreendia ensinar meninos e moços a operar os tipos de uma tipografia, a ser caixeiros, sapateiros ou a exercer outras funções que envolvessem técnicas em sua realização. Sabe-se que essa questão educacional no Brasil fez parte do debate a respeito dos projetos de estruturação e de atuação do Estado Nação, nos quais se configuravam tipos diferenciados de pensar. Tratava-se de desenvolver costumes diferentes dos vigentes até então. O domínio da leitura e da escrita, dos conhecimentos mínimos do cálculo e a formação para os ofícios mecânicos eram vistos como meio de transformação dos costumes entendidos naquele momento como empecilhos para o desenvolvimento da nação brasileira.

A compreensão das necessidades relacionadas à instrução foi pautada nas veiculações semântico-históricas do jornal³ *Aurora Fluminense* no período 1828–35, nos relatórios ministeriais do interregno 1833–1837, na Constituição de 1824, na primeira lei de instrução de 1827, bem como nos documentos que abordam a trajetória jornalística e política de Evaristo da Veiga. Com base nessas fontes⁴, procuramos reconhecer, evidenciar e analisar elementos histórico-contextuais que, de algum modo, modulavam as primeiras iniciativas no terreno da escolarização - da instrução pública - no período após a Independência.

Com efeito, no período regencial ocorreram movimentos que expressam projetos diferenciados para a concretização do Brasil enquanto nação. Movimentos separatistas surgiram diante das situações contraditórias vivenciadas pela sociedade brasileira no processo de consolidação da Nação. Os interesses de homens que haviam estabelecido seus negócios no Brasil, tinham nascido aqui e construído suas vidas, foram confrontados com os interesses daqueles que viviam em Portugal. Os variados conflitos traziam instabilidade à recente independência do Brasil, que envolvia: dificuldades originárias

³Cartas escritas ao irmão João Pedro da Veiga, residente no Rio de Janeiro no período de 1836 – 1837; Edições do Jornal *Aurora* do período de 1828-1835; dados coletados no Inventário *Post-mortem* de Evaristo da Veiga entre outros. Algumas obras foram referenciadas no texto.

⁴Cartas escritas ao irmão João Pedro da Veiga, residente no Rio de Janeiro no período de 1836 – 1837; Edições do Jornal *Aurora* do período de 1828-1835; dados coletados no Inventário *Post-mortem* de Evaristo da Veiga entre outros. Algumas obras foram referenciadas no texto.

das contradições do sistema escravista de produção, lutas por conquista de espaços no governo, busca pela ampliação das possibilidades de comunicação entre regiões no Brasil, de espaços para o comércio e pela alteração de costumes considerados arcaicos, em especial, no Rio de Janeiro.

Naquele processo, a imprensa era um espaço em que os interesses eram defendidos ou combatidos. As publicações nos diferentes jornais do período veiculavam parte do que era apresentado na tribuna, especialmente na Câmara dos Deputados, local em que Evaristo atuou por três legislaturas. As sessões foram transcritas e, conforme o interesse do redator, eram potencializadas ou criticadas quando consideradas negativas ao desenvolvimento do Brasil ou ao fortalecimento do sistema político – a Monarquia Constitucional.

Ao longo do período regencial houve continuado debate sobre a necessidade de se formar jovens para as profissões chamadas úteis à sociedade, de forma a atender as necessidades gestadas pelas mudanças ocorridas no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que poucos puderam gozar dos direitos políticos da Constituição de 1824, seja pela manutenção patrimonial sobre os homens pobres e livres seja pelo fato de que a cultura escravagista estruturava as representações sociais (Azevedo, 2006, p. 19).

Percebe-se que, ao longo das edições do jornal *Aurora Fluminense*, Evaristo abordou questões também destacadas por outros jornais, nas quais se condenavam costumes dos homens que viviam no Brasil, em favor de diferentes exemplos que mostravam que o Brasil, após a Independência, precisava conquistar a modernidade. Nessa modernidade estavam implícitas algumas liberdades, relacionadas ao que se entendia como viável para o estabelecimento da ordem na sociedade.

Os conflitos continuaram ou se transformaram, acirrando-se após o governo de D. Pedro I, na década de 1820. A centralidade do poder, o medo de um retorno do Brasil à situação de colônia, os gastos com guerras, como a da Cisplatina, de cunho separatista em diferentes províncias e outros fatos geravam diferentes conturbações. Tais questões foram visualizadas e conduzidas de forma que o próprio território brasileiro não passasse por ameaças.

O autor posicionou-se nesse movimento que envolveu opiniões diferentes e, participando do governo, desenvolvendo relações comerciais com o sul de Minas Gerais, atuando na venda e no empréstimo de livros, tornando-se deputado no final de 1820, tendo uma participação efetiva na condução política de Diogo Antonio Feijó (Período Regencial) e fortalecendo em seus discursos a ideia de formação em ofícios mecânicos para moços de poucos recursos, deixou uma contribuição para um modo de pensar a educação no Brasil.

Enquanto redator do jornal que dirigiu, observando os comentários dos estrangeiros que vinham para cá, ele escrevia sobre os costumes, o comportamento das pessoas, a escravidão, a pouca instrução dos homens. Viajantes com John Luccock, Auguste Saint-Hilaire, John Mawe (1764-1829) e outros apontavam as diferenças entre a vida no Brasil e na Europa e Evaristo da Veiga, em sua argumentação, utilizava os apontamentos dos viajantes⁵ a respeito do atraso no desenvolvimento brasileiro, suas comparações entre o Brasil e Portugal, suas observações quanto às formas de trabalho na nascente nação e o modo de vida de seus habitantes. As comparações contidas em algumas cartas ou panfletos elaborados por estrangeiros revelavam menosprezo pelos homens considerados de bem no Brasil; como ele, inclusive.

Nas observações de Luccock⁶, Saint-Hilaire e outros viajantes, destacavam-se os aspectos culturais, políticos, geográficos e econômicos do Brasil, os quais eram analisados da perspectiva de quem nasceu em outra cultura, em um contexto histórico, social e político diferente. Dentre outros aspectos, apontava-se o barulho na cidade do

⁵COMPADRE DE BELÉM. Carta do Compadre de Lisboa tipografia Real em 1821, no Rio de Janeiro Recuperado de: https://books.google.com.br/books?id=EV8CAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false; MARROCOS, Luiz J. S. Cartas escritas à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. In: BIBLIOTECA Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 1939, LVI; LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Tomadas durante uma estada de dez anos, de 1808 a 1818. São Paulo: Livraria Martins, 1942, entre outros.

⁶Luccock (1975, p. 86) relatou em seus escritos, com base em observações realizadas, que os rudimentos de instrução apresentados por muitos moços provinham de pais caixeiros ao ensinar o ofício. Esse viajante relatou que havia muito tempo no Brasil que as crianças, para aprender alguma instrução, ficavam em pequenos espaços, lendo todos ao mesmo tempo. Essa forma de ensino pouco havia mudado ao longo dos anos. Ele criticava a arquitetura das casas, a geografia e o clima, apontando esses elementos como influenciadores de moléstias nas pessoas. Por quê? Segundo Luccock, a arquitetura permitia a convivência entre homens, mulheres, crianças, escravos e animais.

Rio de Janeiro em sua parte central em razão das variadas lojas varejistas, do comércio de escravos, da troca de produtos.

Quanto aos movimentos revoltosos que surgiam, Evaristo considerava que grande parte deles era promovida por moços sem ocupação que se encaminhavam para delitos. Isso fortaleceu sua ideia de que o ensino de ofícios mecânicos seria uma possibilidade de oferecer rumos diferentes de vida para desses jovens. Ofícios de carpinteiros, pedreiros, barbeiros, couteiros, ferreiros ou outros poderiam levar esses jovens a aprender, pelo trabalho, normas de conduta social e de trazer certa calma aos anseios sociais daquele momento histórico. A situação de mendicância na cidade, os costumes estabelecidos na cultura, a educação doméstica, a educação das crianças, a condição da mulher⁷ emergiam na descrição dos naturalistas, tornando-se temas da análise de Evaristo da Veiga, seja nos artigos publicados no jornal seja em cartas⁸ pessoais escritas aos irmãos. Ou seja, sabendo que os habitantes do Brasil eram observados, condenou o desmerecimento dado aos senhores que se destacavam na sociedade brasileira (apontava que não havia igualdade nos costumes). A palavra mudança, impregnada em seu discurso, não significava riscos de rompimento com a ordem.

Neste texto, são abordadas duas vertentes de ideias: as que emanaram da reflexão de um indivíduo em face da apreciação e do julgamento coletivo e as que provieram do debate da coletividade e reverberavam na reflexão individual.

A identidade nacional na percepção de Evaristo da Veiga

Na documentação selecionada e na literatura que subsidiou a pesquisa, considerando o recorte histórico, foi detectado que, em meio aos ideais de liberdade, tomou espaço a necessidade de se instruir a população. Ou seja, a análise documental, em especial, a das edições do jornal *Aurora Fluminense*, apontou que a intenção nos debates promovidos era programar medidas legais para a instrução. Uma das razões para isso foi a vulnerabilidade apresentada por alguns elementos da alta hierarquia política, o que

⁷Esses viajantes observadores relatavam que, nas partes interioranas, em sua maioria, as mulheres se apresentavam descalças e que havia muita sujeira.

⁸Evaristo da Veiga, quando falou das filhas ou dos sobrinhos em suas cartas, dava a tônica de que era preciso dar ordem, respeito e ternura à criança para que esta não se desviasse do caminho do bem.

umentou os espaços de participação civil e de formação da opinião pública. Renault⁹ (1969, p. 111) observa que, no jornal *Do Comércio* de 18 de junho de 1831, veicularam-se opiniões que chamavam a atenção para a importância de se ler e escrever no período. O autor toca em pontos que foram combatidos por Evaristo da Veiga em suas publicações e em debates da Câmara com deputado entre 1820 e 1830. Leiamos uma passagem:

O ensino elementar da leitura, escripta, contabilidade, desenho e geometria deve ser acompanhado do exercício de alguma arte mechanica, em que os meninos se habituem ao trabalho, e ganhem as luzes de um officio lucrativo. Lançados depois disso no meio da sociedade, elles não irão augmentar o número dos vagabundos e ociosos: serão antes cidadãos úteis, e honrados Paes de família [...] He preciso lançar á terra semente productora de bênçãos, e não há melhor meio de se evitarem desordens, do que curar da educação das classes menos bem partilhadas nas vantagens sociaes (*Aurora Fluminense*, 7 nov., 1832).

Segundo o autor, nessa realidade social, aqueles que tivessem um conhecimento diferenciado poderiam exercer as funções do magistério. Em seus escritos, ele se referiu às poucas possibilidades de verificação da forma e dos conhecimentos que eram ensinados, da estrutura precária em termos de educação coletiva. Mostrou também a interferência de Portugal no desenvolvimento de diferentes setores no Brasil enquanto colônia, na tentativa de atender às necessidades geradas em diversificados âmbitos da sociedade. No debate entre os intelectuais, desenvolveu-se um pensar sobre a escola, sobre o ensino, sobre o que ensinar para os alunos e como preparar os professores, sobre o valor da remuneração a ser paga, entre outros pontos.

Em vários documentos, como relatórios ministeriais, de presidentes de província, inspetores de instrução, e em artigos de jornal encontram-se evidências do andamento

⁹“[...] a porcentagem de analfabetos é dominante. O ensino das primeiras letras já é um passo para o filho empregar-se no comércio; os caixeiros alfabetizados ensinam os filhos dos patrões. A manufatura passava por um período de estagnação. As primeiras, que surgem no século XVII, são proibidas pelo alvará de Portugal que só permite a confecção do pano grosso. Muitos teares de tecidos de ouro e prata, lã, algodão e linho foram desmontados e paralisados, sacrificando muita gente; a inexistência de qualquer tipo de indústria força o estrangeiro a buscar a sua subsistência nas atividades então dominantes. O magistério (se assim pode ser chamado) é um recurso para aqueles que não tem outra aptidão ou que não se dispõe ao trabalho mais árduo. Nessa área, a concorrência se torna cada dia mais intensa. Certo anunciante ‘hábil para tudo [...] casado, de exemplar conduta’ e falando ‘Inglez, Espanhol e alguma cousa de Francêz’ quer administrar uma casa, oferecendo-se à educação de meninas gratuitamente, ‘ou pela recompensa que quiserem dar.’”

lento desse processo no início do século XIX. A alteração do quadro dependia de mudanças nos costumes estabilizados nos grupos sociais, bem como da representatividade política, cujo interesse deveria ser a compreensão social. A escola passou a ser defendida como instrumento no estabelecimento da unidade nacional, mas o processo foi vagaroso (Faria Filho, 2003, p. 136). Havia a necessidade de se apropriar de espaços, remodelar espaços constituídos, recusar outros, adotar conhecimentos e recusar outros.

Após a Independência, na Constituição de 1824, no artigo 179, parágrafo 32, assegurava-se que a instrução deveria ser gratuita a todos. Na Lei de 15 de outubro de 1827, determinava-se a criação de escolas de primeiras letras nas cidades e nas vilas mais populosas. O 6º artigo dessa lei determinava que os professores ensinassem a leitura e a escrita, as quatro operações de aritmética, a prática dos quebrados, os decimais, as proporções, noções de geometria e de gramática da língua nacional, princípios da moral cristã, a doutrina da religião católica (Leis do Império, 1827). Já no período regencial, em 1834, o Ato Adicional à Constituição de 1824 incluiu algumas modificações que estiveram em debate na década de 1820. Ficou estabelecido que, no município da Corte, o governo central se responsabilizaria pelo ensino de primeiras letras, pelo secundário, abrangendo o ensino superior (Almeida, 1961, p. 68-78). No restante da nação, as primeiras letras ficariam a cargo das províncias.

As lutas em torno da Constituição e da formação de instituições entendidas como necessárias ao desenvolvimento do Brasil como uma nação independente se acirraram. O processo não estava claro, pois foi se constituindo ao longo das vivências e das experimentações estabelecidas na luta pelo poder. No campo da economia, da cultura, da política e da instrução, aos poucos, abriram-se espaços para o rompimento com algumas ideias relacionadas ao sistema colonial.

Não houve passividade no amálgama a respeito de como deveria caminhar a sociedade. Evaristo, que, em 1827, passou a colaborar nos trabalhos desenvolvidos pelo jornal *Aurora Fluminense*, pode estruturar uma interpretação da situação no Brasil, condenando as dificuldades existentes nos campos da saúde, das profissões, da instrução, dentre outros. Ao longo da década de 1820, por influência de alguns escritos e da

participação no jornal *Aurora Fluminense*, com a ajuda de seus irmãos Bernardo e Lourenço, passou a estabelecer negócios na região de Campanha (Sul de Minas Gerais).

Seus irmãos viviam na região e atuaram na produção de periódicos, na abertura e na direção de associações que desenvolviam atividades promotoras da cultura e da instrução. Os poderes locais que, aos poucos, eles foram estabelecendo trouxeram-lhe prestígio político. Assim, surgiu a possibilidade para que ele atuasse na defesa de projetos que beneficiariam senhores que desenvolviam negócios na região de Campanha, o que significava a possibilidade de influenciar nos interesses relacionados às eleições e na votação, ou seja, ele se tornou uma importante figura representativa no meio político. Isso se comprovou quando, no final da década de 1820, ele foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro, aí permanecendo por duas legislaturas seguintes.

A abertura dessa vaga na política rendeu-lhe destacado reconhecimento no grupo político dos moderados. No processo que desembocou no fim do Primeiro Reinado, alguns grupos políticos entendiam ser necessárias profundas transformações políticas e sociais (Exaltados), outros desacreditavam as reformas promovidas na Constituição de 1824 e defendiam uma monarquia constitucional centralizada (Caramurus), outros viam a necessidade de algumas reformas político-institucionais que tornassem possível a participação no governo e assegurassem, na esfera da ordem, as conquistas liberais contidas na Constituição (Moderados) (Basile, 2001, p. 48). Evaristo defendeu a monarquia constitucional e alimentou ideias conspiratórias de que D. Pedro I, ao atender a interesses lusos, tinha pretensões de retirar do Brasil a independência conquistada. Tais discursos contribuíram para fermentar o medo naqueles que defendiam o fortalecimento da monarquia constitucional no Brasil e o governo representativo.

Muitas contrariedades faziam parte do momento histórico – a escravidão era uma delas. A escravidão constituía uma força na economia e os homens se atrelavam a essa instituição direta ou indiretamente para fazer riqueza. Contudo, manifestavam-se também algumas bandeiras fincadas em ideais de liberdade¹⁰ disseminados nos discursos proferidos nas sessões da câmara dos deputados ou nas folhas dos jornais.

¹⁰As reflexões sobre o conceito de liberdade e de ideias liberais nesse período foram baseadas em obras como Bobbio Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

No momento vivido por Evaristo, ocorreram alterações significativas na cidade do Rio de Janeiro. Na primeira e na segunda década do século XIX, com a vinda de diferentes pessoas para o Brasil, novas necessidades foram criadas. Ainda não havia sido construído o que seria o brasileiro ou português. Portugueses, africanos, índios e estrangeiros vindos de outros locais viviam no Rio de Janeiro, no Maranhão, em Minas Gerais, em Pernambuco e em outros pontos do Brasil.

Compreender a ação pública de intelectuais implica considerá-los como sujeitos coletivos que atuam em contextos temporais e culturais (Vieira, 2011, p. 26). Elencar os diferentes aspectos desses contextos é primordial para entender o intelectual como agente coletivo. No processo de formação da identidade social dos intelectuais, diferenças de classe, religião, etnia, profissão e outras refletiam interesses de agentes que circulavam no espaço acadêmico, artístico ou literário. Desse modo, a questão relacionava-se com o reconhecimento ou o autorreconhecimento da distinção social originária no processo de formação do sujeito ou de seus estudos ou mesmo de seu autodidatismo (Vieira, 2011, p. 30–1).

Na biografia de Evaristo da Veiga, observa-se a formação e a constituição de uma visibilidade que aglutinava opiniões sobre a política. No início de sua formação, ele recebeu instruções elementares de seu pai, seja no trabalho, como caixeiro, livreiro, seja, posteriormente, como jornalista e deputado. Nos registros encontrados em cadernos escritos, poesias, cartas e no próprio jornal *Aurora Fluminense*, é perceptível que sua vida era voltada para a leitura e para a escrita. Além de ler as obras, ele se apropriava das opiniões emitidas por outros escritores, defendendo-as ou combatendo-as.

Em síntese, ao longo da década de 1810 e dos primeiros anos da década de 1820, suas poesias seguiram os acontecimentos da política no Rio de Janeiro. Na virada para os

Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Cassimiro P. H. P. O Liberalismo Político e a República dos Modernos: a crítica de Benjamin Constant ao conceito rousseauiano de soberania popular. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 249–86, 2016. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/239>. Acesso em: 20 ago. 2021; Chaves, Eduardo O. C. Preâmbulo a uma defesa do liberalismo. *Pro-Posições*, v. 8, n. 2[23], mar. 1999; Faoro, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004; Hobsbawm, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990; Hobsbawm, Eric; Hanger. (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 – entre outras.

anos de 1820, suas poesias e seus poemas mostram um posicionamento diferente do que manifestava quando rendia glórias a Portugal.

A retirada da Metrópole revelou os problemas econômicos e políticos de então e ele acompanhou as opiniões que defendiam que a Metrópole continuasse sediada no Rio de Janeiro. Naquele contexto, as províncias apareciam como se fossem mundos diferentes – homens que viviam em Minas Gerais eram chamados de mineiros, os da região sul eram sulistas e isso se estendia a outras regiões do Brasil. Após a Independência, a centralização do governo no Rio de Janeiro não foi vista como promissora: soava como insulto para muitos senhores proprietários de terra. Tais fermentações políticas geraram opiniões escritas, divulgadas entre os que tinham acesso aos processos de leitura e escrita e, entre os não alfabetizados, pela escuta de um leitor em livrarias ou lugares nos quais as pessoas podiam se juntar. Evaristo esteve imerso nesse processo, que o levou para a construção de um sentimento de pertença ao estrato social e à defesa de posições para a organização da coletividade da cidade onde viveu.

Suas preocupações educacionais passaram a fazer parte de suas pautas no jornal *Aurora Fluminense*, nas quais defendia que a formação por meio do trabalho seria uma das medidas para mudar a configuração apresentada no convívio social.

Dados retirados de acontecimentos do cotidiano nas cidades e notícias veiculadas por jornais de outras regiões mostravam a necessidade de se organizar a oferta de escolarização elementar e secundária. A formação em profissões, como as de caixeiros, tipográficos, músicos, engenheiros e médicos, também ganhou espaço nos discursos. Isso correspondia à necessidade de organizar na cidade o oferecimento de serviços, modificar costumes cristalizados nas relações comerciais e, especialmente, arregimentar meios de fortalecer o sistema político representativo.

Após a sanção da lei de outubro de 1827, as reivindicações relacionadas à discussão sobre instrução e educação passaram a contar com outro espaço e outras vozes. Os jornais ofereciam espaço para a apresentação de diferentes opiniões e interpretações da realidade vivenciada.

Em 1828, ano em que talvez Evaristo da Veiga fosse apenas um colaborador do jornal *Aurora Fluminense*¹¹, as edições continham assuntos relacionados a opiniões e críticas sobre costumes de vida no Brasil. Em algumas, as opiniões eram fortalecidas e, em outras, combatidas. Um exemplo é o de um artigo contra a publicação do jornal *Echo do Império*¹²n. 58, de 1828, no qual era transcrita a carta de um correspondente que criticava as comidas, as tradições existentes no Brasil. Em contraposição, o *Aurora Fluminense* passou a cimentar a opinião de que o povo do Brasil era hospitaleiro e pacífico. Na argumentação, apontava-se a concordância com diferentes problemas que existiam no Brasil, mas também se destacavam os bons costumes já desenvolvidos pelos habitantes do Brasil. Dentre eles, o redator do jornal mencionava os costumes modernos desenvolvidos por muitos de seus habitantes, entendendo que essa modernidade deveria afastar de vez a compreensão de que o Brasil ainda era uma região colonizada. De sua perspectiva, ao se tornar independente, a nação poderia se encaminhar para o desenvolvimento, como ocorria em outras nações da Europa (*Aurora Fluminense*, 1º fev. 1828, p. 1).

Evaristo da Veiga e suas considerações sobre a questão educacional

Evaristo da Veiga é originário de uma família de, na qual o pai era português, professor de primeiras letras e livreiro, e a mãe, brasileira. Seus primeiros ensinamentos vieram do pai; posteriormente, ele estudou no Seminário São José do Rio de Janeiro e não frequentou o ensino superior. Além de político, ele mantinha negócios como livreiro e comercializava alguns produtos no Rio de Janeiro. Cumpriu mandato de deputado desde o final da década de 1820, tendo a oportunidade de fazer parte de um universo restrito a poucos. As reclamações ou observações contidas nos relatórios ministeriais engrossaram as edições do jornal em que atuou. Muitas cartas encaminhadas por

¹¹O *Aurora Fluminense Jornal Politico e Litterario* contou aproximadamente com 1.136 edições: 660 na fase regencial, com oito números suplementares. Somam-se mais de 2,3 mil páginas. As edições foram realizadas desde o final de 1827 até dezembro de 1835 e retomadas de 1838 até 1839. Esse jornal foi fundado por José Apolinário de Moraes e teve como redatores Francisco Crispiniano Valderato (1827–8), José Francisco Sigaud (1827–8), Evaristo da Veiga (1827–35) e Francisco Torres Sales Homem (1838–9) (Blake, 1883).

¹²O jornal *Echo do Imperio* tem edições digitalizadas na Biblioteca Nacional no período 1880–9.

correspondentes do jornal foram nele transcritas, abrindo espaços de debate. Essas cartas, em sua maioria, não tinham identificação de autoria, mas dialogavam com os pseudônimos apontados.

Analisando essas produções e correspondências com a família, pudemos identificar sua compreensão de educação. Na atuação política de Evaristo da Veiga, nas relações estabelecidas em seus negócios e na comercialização de produtos vindos do sul de Minas Gerais ele observou gritantes reclamações sobre a raridade de pessoas com conhecimentos em áreas específicas. Eram poucos os que sabiam manejar os tipos em uma tipografia. Assim, observava a necessidade de pessoas para trabalhar em outros serviços necessários para sociedade.

Nos relatórios ministeriais do período regencial, verificamos a preocupação com a instrução pública e sua abrangência. Esses relatórios continham argumentos apoiados em trechos da Constituição de 1824, na Lei de 15 de outubro de 1827, nas notícias de abertura ou fechamento de escolas de primeiras letras, de abertura de cursos ou aulas avulsas. Nas referências à lei de 1827, destacava-se a necessidade de se criar escolas, de se priorizar o ensino mútuo nas instituições e de se contar com mobílias adequadas. Apontava-se também o despreparo dos professores para trabalhar com o ensino mútuo e a ausência de uma organização de controle maior sobre a instrução elementar. Preocupações com a instrução pública constam nos relatórios do ministro do Império Antonio Chichorro da Gama de 1833, de Joaquim Vieira de Souza de 1834, de José Ignácio Borges de 1835 e de Antonio Paulino de Souza de 1836.

Assim, acompanhando o que estava nas pautas dos relatórios ministeriais, o jornal *Aurora Fluminense* publicava recorrentemente assuntos relativos à instrução, nos quais, muitas vezes, eram repetidos trechos dos documentos mencionados. Estimulava-se uma visão diferenciada nos costumes locais quanto à necessidade da instrução na formação dos jovens. Em diferentes passagens, Evaristo da Veiga criticava as famílias pela conduta com os filhos. Ele priorizava o exemplo dos pais no modo de atuar na família e defendia a importância de se instruir os filhos. Evidentemente, esse direcionamento era para os homens considerados de bem, ou seja, para os que podiam garantir a formação de seus talentos.

Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, ministro do Império de 1832, afirmava em seu relatório que o salário pago aos professores era baixo e que nem sempre as pessoas investidas no cargo eram idôneas. Reivindicava também que se oferecessem abonos ao mestre escola conforme o número de alunos que atendesse durante o ano.

O ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza, 1834, reportou que já não havia campos de atuação para os estudantes que se formavam nos cursos de ciências e sociais. Em seu entendimento, esses estudantes deveriam se habilitar para atuar em outras áreas. Considerava esse ministro que havia argumentos para a criação de uma instituição que reunisse lentes da Academia Militar, da Marinha e de ciências matemáticas e para a criação de um curso de ciências físicas no Museu. Além disso, considerava que se deveria viabilizar a formação de trabalhadores, agricultores e artistas (ourives, tipógrafo), de forma que os trabalhadores nacionais pudessem competir com os estrangeiros. Considerava também que esse tipo de instrução para o trabalho colaboraria para o desenvolvimento do sentimento de nacionalidade. Segundo esse ministro, os dados coletados nas províncias demonstravam que as ciências ensinadas em cadeiras separadas eram irregulares, e isso levaria ao desaparecimento da oferta. Além disso, o Estado não ofertava material para o ensino (livros), o que dificultava a disseminação de uma instrução que, de fato, colaborasse para a formação do homem necessário, ou seja, do homem, cujos costumes fossem diferentes dos que eram considerados arcaicos para a vivência social.

Em 1835, o ministro do Império José Ignácio Borges apontou que o ensino não deveria se restringir a ler, escrever e contar e que havia a necessidade do ensino da moral e de costumes. Em sua compreensão, a especificidade das escolas era o ensino da moral e dos costumes: dessa forma elas contribuiriam para o desenvolvimento da nacionalidade. O ministro reclamou ainda do pouco empenho governamental para fazer com que a lei de 1827 fosse cumprida nas províncias. Em seu relatório, ele observava também que os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais (São Paulo e Olinda) formavam, mas não empregavam. Outra reclamação relacionava-se à ausência de fiscalização sobre as doutrinas ensinadas pelos professores nos cursos oferecidos. Segundo ele, o conhecimento necessário estava muito distante do ensino ofertado nas aulas.

Assim, podemos considerar que, já na primeira metade do século XIX, a educação das crianças e jovens passou por apropriações, conhecimentos, remodelação de espaços e concepções de educação diferenciadas. Nesse processo, aos poucos, foram forjadas as especificidades do Brasil e foram surgindo costumes que passaram a fazer parte da cultura. Por outro lado, no Brasil e em países europeus, a presença das ciências nos currículos mostrava sua importância para o desenvolvimento de técnicas da indústria, do comércio e da agricultura. Os estudos clássicos foram vistos como prioridade nos estudos superiores em cursos de Medicina e Direito (Vechia & Cavazotti, 2003, p. 19). Lorenz (2003, p. 53) constatou que, na terceira década do século XIX, o ensino de ciências, especialmente nas aulas avulsas, tinha pouca força de representação. A formação em humanidades estava na lista das preferências.

Sabe-se que a reforma protestante, a economia política e a Revolução Francesa fortaleceram a origem da escola pública moderna (Alves, 2007, p. 66). Tais movimentos cruzados em nações capitalistas com maior desenvolvimento, como a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos, contribuíram efetivamente para a universalização da escola pública nos anos finais do século XIX. Conforme estudos¹³, evidências da história retratam que o desenvolvimento da educação escolar está relacionado às disputas ocorridas durante o século XIX, ou seja, do conflito entre compreensões diferenciadas sobre os projetos de formação do Estado, surgiram respostas que buscaram atender às exigências criadas na sociedade, dentre as quais a educação.

Assim, por meio dos documentos que fizeram parte do universo de pesquisa, procuramos compreender, identificar memórias e interpretações naquela sociedade, especialmente a emergente preocupação com a formação de jovens por meio do trabalho.

¹³Citamos algumas das variadas produções historiográficas desse período: Martins, Maria Fernanda Vieira (2007); Carvalho, José Murilo de (1996, 1998, 1999, 2002, 2005, 2012, Holanda, Sérgio Buarque de (2003); Mattos, Ilmar Rohloff de (1991, 2004), Malerba, Jurandir (2000); Guimarães, Lucia M. P. (1990); Gondra, José G (2004, 2008); Garrido Pimenta, João P. G. (2010, 2015); Faria Filho, Luciano Mendes de (2003, 2011); Morel, Marco (2001, 2003, 2005, 2010); Novais, F. A. (1972); Moreira, Luciano da Silva (2009); Lenharo, Alcir (1993); Haidar, Maria de Lourdes Mariotto (1972); Gondra, José G.; Schueler, Alessandra (2008); Faoro, Raymundo (1997), Dias, Maria Odila L. (2005); Dolhnikoff, Miriam (2005); Cunha, Luiz Antonio (2007); Castanho, Sérgio E. M. (2004); Boto, Carlota (2017); Bosi, Alfredo (1992); Berbel, Maria Regina (1999); Andrade, Marcos F. (2008/2009); Alexandre, M. V. F. (1993/2004) entre outros.

A formação para profissões, como a de caixeiros, tipográficos, músicos, engenheiros, médicos, entre outras, ganhou espaço no discurso. É perceptível que se impunha organizar a cidade no oferecimento de serviços, se mudar costumes estabelecidos nas relações comerciais e, especialmente, fortalecer o sistema político representativo. No campo da organização pública, medidas tomadas aos poucos se constituíram como uma necessidade estabelecida, por exemplo, enfatizava-se o conhecimento das leis instituídas, a revisão do Código Criminal, a criação de conselhos provinciais, a produção de dados estatísticos da população.

A visão que Evaristo refletia em seus escritos foi abstraída dos diversos cenários e ocorrências que vivenciava. Naquele momento, como observa Fonseca (2006, p. 21), instituições como o Estado e a Igreja participaram dos processos educativos, assim como as oficinas de artistas, de artesões, as aprendizagens do trabalho agrícola, do trabalho nas cidades, os preceptores e outros. Ocorriam também experiências singulares de participação e de apropriação de conhecimentos.

Nos textos de Evaristo verificamos a defesa de uma instrução mínima para a mulher, a condenação das aprendizagens fornecidas pela convivência com pessoas escravizadas, o incentivo à participação em associações que promoviam a instrução pública, a defesa de uma instrução que fosse útil para que o menino sem recursos pudesse sobreviver. Para que esse menino sem recursos recebesse o ensino para um ofício, ele deveria incorporar uma civilidade, uma moral que permitisse convivência social em meio a diferentes interesses subjetivos¹⁴.

Civilidade era a grande preocupação: sem exageros, era grande o desespero que transparecia nos jornais quando relatavam movimentos revoltosos ou brigas ocorridas cotidianamente na sociedade. Verifica-se, na leitura, que era urgente assentar as diferenças e as contradições existentes naquele período. A crença era de que o sujeito, ao ter uma ocupação específica, contribuiria para definição dos espaços a ser ocupados no meio social de modo natural. Entre as intenções estava a de assegurar maior aceitabilidade

¹⁴Ocorreram discussões sobre o princípio da utilidade entendida como meio de dar ao sujeito uma função social. Essa utilidade vinha da possibilidade de o sujeito realizar serviços considerados relevantes na dinâmica de trabalho seja no meio urbano ou rural. Além disso, essa formação para o trabalho como sapateiro, caixeiro, possibilitaria uma moralidade que abriria espaço para um ambiente social mais calmo.

para o governo central. No meio urbano, a necessidade de melhoramento nos serviços prestados também era reclamada.

Na visão de Veiga, o projeto societário se faria por meio da instrução. Viabilizada pela filantropia ou por subsídios do governo, a instrução era uma das possibilidades de se alcançar a modernidade vista em outras nações. Com base em suas leituras, ele afirmava que o caminho para a civilidade sonhada era a produção de conhecimentos sobre plantas, remédios, alimentos, a abertura do comércio, a fuga das credices, ou seja, a conquista de conhecimentos diferenciados e entendidos como ciência. Enfim, instrução viria pelo acesso às primeiras letras, pelo trabalho, pela frequência a aulas avulsas e a outros cursos existentes, pela escuta de outros lendo jornal. Nesse ponto estão os ofícios perseguidos por Evaristo como o meio de melhorar a realidade brasileira.

Entre as obras mencionadas no jornal, algumas apresentavam exemplos do desenvolvimento técnico da Inglaterra no setor de produção. Em passagens do *Aurora Fluminense*, ele transcreveu trechos de obras que falavam a esse respeito, cartas ou escritos que traziam observações sobre a questão.

Na vivência social de Evaristo, a possibilidade de alterações na estrutura social estava bem definida: os que tinham poder econômico¹⁵ estavam associados ao poder político. Naquele mundo dúbio, imerso em contradições para o olhar do presente, Evaristo e seus interlocutores defendiam a liberdade (liberalismo clássico). Para ele, a civilidade era originária das relações estabelecidas entre os pares e isso que dava margem para perceber que os sujeitos que viviam no Brasil precisavam mudar determinados costumes. Ele sinalizou também características do homem brasileiro que o diferenciavam do estrangeiro, apesar dos traços de descendência. Em seus argumentos, ele divergia da opinião de estrangeiros que aqui viviam e escreviam sobre a dura realidade observada. Ressalvando o clima, a falta de serviços, a dificuldade no transporte, no comércio e o assombro que causava o tratamento dado aos escravizados, ele utilizou como estratégia enaltecer o que entendia como positivo nos homens que viviam no Brasil. Assim,

¹⁵A questão fundiária levava para a da concentração da riqueza de poucos e de homens livres com pouca possibilidade de mudar sua posição social.

procurava disseminar uma opinião abrandada da realidade na cidade imperial pela grande maioria da população.

Da década de 1820 e até meados da de 1830, foram abordados no *Aurora Fluminense*, dentre outros, os seguintes assuntos: a situação das escolas de primeiras letras, a conduta dos professores, a precariedade dos estabelecimentos de ensino no ensino das aulas avulsas, a organização de cursos ¹⁶. Ao defender a educação popular para os trabalhadores, Evaristo da Veiga visava trazer ocupações para determinados serviços na cidade, dissolver, com isso, os conflitos existentes e promover a ordem.

Após sua morte, essa questão tomou força e foi polemizada no *Aurora Fluminense* e no *Sete de Abril*. A diferença entre a formação de base clássica e outra que contemplava os ofícios entrou na pauta dos debates. O assunto aparece em diferentes edições após a conversão do Seminário de São Joaquim em Colégio Pedro II em 1837. O jornal *Aurora Fluminense*, que havia retomado suas edições no ano de 1838, combateu os estatutos da instituição criada por decreto em 1837. O mote das contrariedades apontadas foi a criação de um colégio que priorizava a formação clássica em detrimento da formação para o trabalho.

Pelos vestígios encontrados nos documentos investigados, a defesa de uma formação para o trabalho estava fortemente influenciada pelos embates políticos de longa data entre Evaristo da Veiga e Bernardo de Vasconcelos. O novo editor afirmou que, ao reabrir as edições do jornal *Aurora Fluminense*, seguiria os caminhos deixados por Veiga, mesmo que ele não estivesse mais vivo. O dilema não parece ter sido entre uma formação mais popular ou reservada para a elite, mas entre opiniões políticas que divergiam em alguns pontos. Lutava-se tanto por espaços quanto por poder de influência. Contudo, a defesa de uma formação para ofícios mecânicos para meninos pobres acompanhou Evaristo da Veiga ao longo dos anos, especialmente de 1831 até o ano de sua morte.

A participação de Evaristo da Veiga em sociedades preocupadas com a educação demonstra sua intenção. Foi sócio da Sociedade de Instrução Elementar, como podemos

¹⁶ Pode-se destacar algumas dessas edições no jornal *Aurora Fluminense* entre os anos de 1828-1835: 18 ago. 1828, p. 329; 2 nov. 1835, p. 4.180; 14 maio 1834, 3.898; 14 maio 1834, 3.898; 16 mar. 1835, p. 3.796; 27 fev. 1835, p. 3.779; 19 fev. 1834, p. 3.748; 23 jan. 1833, p. 3102; 3 jan. 1834, p. 3.678).

constatar em uma convocatória de seis sócios para a eleição do conselho da instituição. No *Aurora Fluminense* de 14 de novembro de 1831 (n. 536) constou os nomes dos participantes e o dele estava incluso. No ano seguinte, em 2 de março, houve a convocação de sócios da Sociedade Philomática para uma reunião, cujo objetivo era formar o conselho da associação; igualmente, lá estava Veiga. Seguramente, sua participação nos encaminhamentos de tais associações resultou em relatos substanciosos, com observações sobre a situação da instrução elementar. Isso nos leva a inferir que em suas análises publicadas no *Aurora Fluminense*, ele aplicava seus conhecimentos da realidade educacional, pelo menos na província do Rio de Janeiro e do sul de Minas Gerais. Ao mesmo tempo em que argumentava em favor da instrução, o *Aurora Fluminense* divulgava constantemente o nome de professores que abriam escolas de primeiras letras.

A outra questão por ele defendida era a do ensinamento de ofícios aos jovens. Em 7 de novembro de 1832, o *Aurora Fluminense* tratou da reforma do Seminário de São Joaquim, feita ainda em 1831 sob os auspícios do ministro Lino Coutinho. No texto¹⁷, Veiga exaltou essa instituição, apontando os benefícios que ofereceria por possibilitar formação em artes mecânicas para os moços e lhes dar funções que atendessem a alguma utilidade social.

Importante ressaltar que a palavra regeneração aparecia em muitos de seus escritos, especialmente quanto tratava dos costumes: regenerar a cultura e as relações comerciais com o trabalho, distanciando-as das reminiscências deixadas pelo período colonial. Segundo Veiga, os ensinamentos de outrora não contribuiriam para as mudanças no sistema organizacional do Brasil e para seu desenvolvimento. Por isso, seria necessária a formação de mão de obra de serviços, o que supriria as demandas da produção econômica. O trabalho escravizado, apesar dos argumentos de que era algo desumano, foi

¹⁷“O ensino elementar da leitura, escripta, contabilidade, desenho e geometria deve ser acompanhado do exercício de alguma arte mechanica, em que os meninos se habituem ao trabalho, e ganhem as luzes de um officio lucrativo. Lançados depois disso no meio da sociedade, elles não irão augmentar o número dos vagabundos e ociosos: serão antes cidadãos úteis, e honrados Paes de família [...] He preciso lançar á terra semente productora de bênçãos, e não há melhor meio de se evitarem desordens, do que curar da educação das classes menos favorecidas bem partilhadas nas vantagens sociaes (*Aurora Fluminense*, 7 nov. 1832)”.

entendido como necessário. A mudança se daria de modo lento e gradual para que não afetasse o elemento visto como primordial – a propriedade privada. Esta não podia ser tocada e o governo deveria dar garantia para o que os homens de bem não corressem o perigo de se ver aliados de suas conquistas econômicas.

As alterações mais amplas decorrentes de encaminhamentos adotados após a Independência também sofreram influência de movimentos políticos e econômicos desenvolvidos na América espanhola. Para Garrido Pimenta (2015, p. 35), o universo da política luso-americana daqueles anos, das decisões tomadas ou projetadas, era influenciado pela crise instaurada com a dissolução do império espanhol na América. Em sua historicidade, em virtude de interesses singulares ou que faziam parte do conjunto da sociedade, os movimentos revolucionários do período interferiram na forma como os homens pensaram os projetos de Brasil.

Com efeito, para Evaristo e para os homens de seu tempo histórico, os quais argumentavam com o que fora estabelecido na Constituição, o julgamento das capacidades seguiria o critério das virtudes e dos talentos individuais. Com base na materialidade vivenciada, Evaristo aglutinou, formulou e propagou ideias que revelam sua intencionalidade educativa. Ou seja, houve uma conexão entre o debate promovido no jornal e a necessidade educacional. O embate de interesses travado naquele tempo implicava a necessidade de se pensar em um homem que, por meio de novos costumes, alterasse o quadro resultante do período colonial. Esse era seu entendimento da política, da cultura, da economia, da educação moral e da instrução.

Considerações finais

Nos documentos pesquisados sobre a educação do período, identificamos duas questões específicas: a) a pouca abrangência da instrução oferecida em razão das condições materiais e culturais de então; b) a manutenção da ordem no País. Entendia-se que a pessoa sem recursos poderia ter uma formação para o trabalho; afinal, os escravizados eram uma propriedade e, como tal, tinham custos para seu dono.

No entender de Evaristo, pessoas escravizadas eram obrigadas a realizar o trabalho e isso não as levava a ter apreço por fazê-lo da melhor forma. Nas edições do jornal, ele

apontava as técnicas diferenciadas que os homens poderiam aprender para aprimorar os serviços ofertados. Classificando o trabalho realizado por escravos como rústico, ele considerava que, mesmo que esse formato fosse necessário para a economia, era preciso olhar para a questão da qualidade do trabalho no Brasil. Desenvolver o interesse pela formação em ofícios mecânicos, como o de caixeiro, por exemplo, levantava a necessidade de saber ler, contar, fazer os cálculos, ser honesto nas transações estabelecidas. Dessa forma, os homens poderiam aprender as profissões úteis e ensinar outros homens. Para ensinar outros homens eles precisavam também ser formados.

Além disso, Evaristo demonstrou que não era possível pensar em uma educação para o pobre que fosse igual à do rico. Certos ensinamentos para o homem pobre iriam afastá-lo de sua verdadeira utilidade - o trabalho. A instrução primária atenderia sua necessidade.

Enfim, esta foi a intenção da pesquisa: buscar elementos para compreender Evaristo da Veiga como alguém que contribuiu para o desenvolvimento de um pensamento educacional. Mesmo não criando uma lei específica para a educação, ele caminhou na toada de sugerir e defender a formação em algumas profissões que considerava necessárias para dinâmica social, tanto em termos de instrução quanto de moral.

Referências

- Alves, C. (2017). Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In: Lopes, E. M. T.; Faria Filho, L. M. (Org.). *Pensadores sociais e a história da educação II*. Belo Horizonte: Autêntica (p. 111-1340).
- Almeida, F. H. M. (, 1961). *Constituições do Brasil*. Legislação Brasileira, Biblioteca da Livraria Acadêmica. 3ª ed. São Paulo: Saraiva.
- Azevedo, J. M. L. (2006). O Estado, a política educacional e a regulação do setor da educação no Brasil: uma abordagem histórica. In: Ferreira, N. S. C. & Aguiar, M. A. S. (Org). *Gestão da educação; impasses, perspectivas e compromissos*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, (p. 17-42).
- Bobbio, N. (1998). *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense.
- Bosi, A. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Cassimiro, P. H. P. (2016). O Liberalismo Político e a República dos Modernos: a crítica de Benjamin Constant ao conceito rousseauiano de soberania popular. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 249–86. Recuperado de: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/239>
- Faria Filho, L. M. (2003). Instrução elementar no século XIX. In: Lopes, E. M. T. Faria Filho, L. M.; Veiga, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p.135–50.
- Fonseca, T. (2006). História Cultural e história da Educação na América Portuguesa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, n.12, jul/dez.
- Garrido Pimenta, J. P. (2015). *A Independência do Brasil e a experiência hispano-americana (1808–1822)*. São Paulo: Hucitec.
- Hobsbawm, E. & Hanger, T. (Org.). (1997). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Lorenz, K. M. (2003). O ensino de ciências no Imperial Collegio Pedro II: 1838-1889. In: Lorenz, K. M. *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume.
- Luccock, J. (1975). *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada.
- Renault, D. (1969). *Rio Antigo nos anúncios de jornais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- Vechia, A. & Cavazotti, M. A. (2003). *A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)*. São Paulo: Annablume.
- Vergueiro, N. C. (1833). *Relatório...do anno de 1832 apresentado a Assembléia Geral Legislativa em sessão ordinária de 1833*. In: Brasil. Ministério do Império. Ministro Nicolau Campos Vergueiro. Relatório... do anno de 1832 apresentado a Assembléia Geral Legislativa em sessão ordinária de 1833 (Publicado em 1833).
- Vieira, Carlos Eduardo (2011). Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional do Brasil. In: LEITE, Juçara; ALVES, Claudia. *Intelectuais e a história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas*. Vitória: ed. UFES.
- Silva e Souza, J. V. (1834). Coleção de leis do império do Brasil. Lei de 3 de outubro de 1834. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM38.htm
- Brasil. (1831). *Decreto de Fundação do Seminário de São Joaquim*, de 12 de dezembro de 1831. Coleção de leis do império: actos do Poder Executivo de 1831.
- Brasil. (1832). *Decreto de Fundação do Seminário de São Joaquim*, de 12 de dezembro de 1831. In: Brasil. Lei de 3 de outubro de 1832. Leis do Império do Brasil. Recuperado de: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37274-3-outubro-1832-563716-publicacaooriginal-87775-pl.html

Colleção de Leis do Império: actos do Poder Executivo de 1831.

Leis do Império (1827). *Lei de 15 de outubro de 1827*. Recuperado de:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.htm

Arquivo Nacional (1837) *Inventário pós-morte de Evaristo da Veiga*. Juízo dos órfãos ausentes—zn. Notação Br, Rio Jan, Rio zn. 8532 — M.442.

O estudante constitucional (1821). *Em defesa dos brasileiros insultados escreve ao Sachristão de Carahi o Estudante Constitucional, amiga do filho do Compadre do Rio de Janeiro impressa em 1821*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

Veiga, E. (1837). *Carta a João Pedro da Veiga contando o nascimento de sua sobrinha e tratando de assuntos familiares*. Vila da Campanha, 23/03/1837. Biblioteca Nacional. Manuscritos Avulsos. Localização I 02,29, 107.

Aurora Fluminense. (1828). Rio de Janeiro, 1º fevereiro de 1828.

Aurora Fluminense. 1828). *Interior*, Rio de Janeiro, 2 maio de 1828.

Aurora Fluminense. 1831). Rio de Janeiro, 14 novembro de 1831.

Aurora Fluminense. (1831). Rio de Janeiro, de 14 de novembro de 1831.

Aurora Fluminense. (1832). Rio de Janeiro, 7 novembro de 1832.

Aurora Fluminense. (1833). *Variedades*, Rio de Janeiro, 6 março de 1833.

Aurora Fluminense. (1835). Rio de Janeiro, 31 agosto 1835.

Recebido: 01/08/2023

Aceito: 27/11/2023

Publicado: 20/12/2024

NOTA:

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.